

# Presidente vai poder exonerar o Primeiro-Ministro e vetar decreto

BRASÍLIA — Poder de veto a decretos-leis, de pedir a exoneração do primeiro ministro e de nomear os ministros com gabinetes no Palácio do Planalto são alguns dos pontos incluídos no último fim de semana na emenda do Senador Nelson Carneiro, como tentativa de conciliação entre parlamentaristas e presidencialistas. Desta forma, a proposta ficou quase a meio caminho entre os dois sistemas de governo.

O principal responsável por este novo texto é o Senador Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do PMDB, que confessa não confiar num sistema parlamentarista puro para o Brasil. Ele contou com o auxílio do Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA).

Na noite de ontem esta emenda foi avaliada na casa do Vice-Líder do PFL, Deputado Alcení Guerra (PR), onde se reuniram as principais lideranças do PMDB e PFL. Antes ela foi discutida na casa do Presidente da Constituinte, Câmara e PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, com os Líderes Fernando Henrique Cardoso, Luís Henrique (PMDB-AC) e o Deputado Euclides Scalco (PMDB — PR).

Para o Senador Fernando Henrique, ela representa o maior avanço nas negociações desenvolvidas até



Fernando Henrique: "Avançamos muito"

agora. Nela está expressa que o Presidente é o responsável pelo Poder Executivo. Isto permite que ele seja o mediador em casos de crises graves entre o primeiro-ministro e a Câmara. Na Itália, por exemplo, este mediador sempre é o político mais velho.

Ficará também a cargo do Presidente a nomeação dos seus auxiliares mais próximos, como o chefe do Gabinete Civil e chefe do Gabinete Militar. Não ficou definido como será a escolha do chefe do Serviço Nacional de Informações. Por esta emenda, o Presidente também pode tomar a iniciativa de vetar decretos governamentais. A queda do primeiro-ministro, que pode ser solicitada pelo Presidente, também ficará na dependência do Congresso. Mas pro-

curou se explicitar que o Conselho de Ministros deve gozar não apenas da confiança do Parlamento como também do Presidente da República.

Apesar destas alterações na emenda original do Senador Nelson Carneiro, os parlamentaristas não conseguiram avançar na discussão sobre a forma como será implantado este sistema de governo. Persiste a discussão entre os que desejam o parlamentarismo-já e os que pregam o gradualismo. Neste último caso, ele funcionaria plenamente apenas no último ano do Governo José Sarney. No próximo ano a indicação do primeiro ministro ficaria a cargo de Sarney e este primeiro ministro não poderia receber voto de censura do Parlamento.

— Estas conversações são muito demoradas — observa o líder Luís Henrique — mas avançamos em alguns pontos. Hoje é certo que o presidencialismo não passa pela Constituinte e também é certo que a proposta de parlamentarismo só após o Governo Sarney não encontra respaldo no Congresso.

Nos acertos feitos neste final de semana — garante o Líder Fernando Henrique Cardoso — não se levou em consideração a possibilidade de Sarney governar durante seis anos.

— O mais importante — comentou — foi que definimos melhor o papel do Presidente.

Neste projeto o primeiro-ministro tem sua atuação mais dependente do Presidente, que pode, por exemplo, vetar seus decretos-leis. O primeiro-ministro tem condições de recorrer num prazo de cinco dias junto ao Senado Federal, que, por sua vez, terá outros cinco dias para se pronunciar.

## PFL quer seis anos para Sarney e o voto distrital

BRASÍLIA — O PFL não está disposto a negociar qualquer fórmula parlamentarista que reduza o mandato do Presidente Sarney dos seis anos previstos pela atual Constituição e não preveja o sistema distrital misto, que inclui o voto proporcional com listas aprovadas pelas convenções partidárias, disse ontem o Secretário-Geral do partido, Deputado Saulo Queiroz. Segundo Saulo, depois de cerca de duas horas de reunião ontem à tarde, no gabinete do Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, um grupo de parlamentaristas do partido decidiu propor ao PMDB a criação de um "ministro da transição" encarregado de coordenar a adaptação das leis ordinárias ao parlamentarismo.

Essas três posições básicas foram levadas pelo grupo ontem à noite a uma reunião com parlamentaristas do PMDB, na residência do Vice-Líder do PFL na Câmara, Deputado Alcení Guerra. A proposta partidária é pela implantação do parlamentarismo

mo a partir das próximas eleições presidenciais, que só ocorreriam no começo de 1990. Até lá, o presidencialismo seria mantido, mas o Presidente Sarney teria a prerrogativa de nomear um Primeiro-Ministro, sujeito a demissão sumária. A eleição seria direta em primeiro turno e, caso não houvesse vencedor absoluto, os dois candidatos mais votados seriam levados à escolha do Parlamento. Resolvido o impasse não haveria segundo turno direto.

O chamado "ministro da transição" teria sua criação obrigatória e trabalharia à frente de uma Comissão de Senadores e Deputados que encaminharia ao Congresso, num prazo de seis meses a partir da promulgação da nova Constituição, as modificações relativas ao sistema eleitoral e partidário e à burocracia estatal, numa preparação para a implantação do parlamentarismo.

O sistema de Governo, porém, continua dividindo o PFL. O Líder do partido na Constituinte, Deputado José Lourenço, admite que os parla-

mentaristas do partido, liderados por Chiarelli, apóiem o gradualismo, desde que dentro de uma fórmula negociada com o PMDB e aceita pelo Presidente Sarney. Não desistiu, contudo, de sua pregação presidencialista, que resultou numa áspera discussão com o Vice-Líder Alcení, na manhã de domingo, na residência do Presidente do PFL, Senador Marco Maciel.

— Você está querendo uma vitória pessoal ao defender tanto o presidencialismo — disse Alcení, exaltado. "E o que é que você queria? Espera que eu lute por uma derrota?", retrucou, também inflamado, o Deputado José Lourenço.

Políticos empenhados no gradualismo, como Chiarelli, Saulo e Alcení, garantem que o Senador Marco Maciel, convicto presidencialista, está disposto a negociar com o PMDB uma alternativa para o sistema de Governo. Hoje, reunindo Chiarelli e Lourenço, ele vai tentar apaziguar o PFL.